

## INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL

*Lena Lavinas*  
*IPPUR e CIEC-UFRJ*

As idéias aqui apresentadas fazem parte de dois projetos de pesquisa, ambos recém-iniciados. Um deles, em colaboração com IDESP e o IDRC (Canadá), trata dos efeitos da inovação tecnológica, mais especificamente da flexibilização, sobre a divisão social e sexual do trabalho em setores onde o processo de inovação se dá de forma bastante diferenciada: a triticultura e o ramo moderno da indústria da confecção. O outro, desenvolvido conjuntamente com os professores Nelson Delgado, Renato Maluf e Jorge Romano, todos do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ), constitui-se num estudo comparativo sobre três blocos econômicos regionais - o NAFTA (North American Free Trade Agreement), o MERCOSUL e a CEE (Comunidade Econômica Européia) - com vistas à compreensão dos impactos no setor agrícola e agro-alimentar da adoção de princípios neoliberais.

Os princípios neo-liberais parecem hoje ser a única alternativa viável para sair da atual crise econômica em que estamos afogados há quase dez anos. Princípios que questionam o lugar e o peso do Estado na gestão e promoção das atividades econômicas, tendendo a restringi-los. Princípios que elegem o mercado sem entravês como o único caminho possível para a retomada do crescimento econômico e o alcance do bem-estar social. Mercado destituído de barreiras protecionistas para que a concorrência, em todos os setores se dê em igualdade de condições para todos os agentes econômicos, sejam eles nacionais ou estrangeiros, grandes ou pequenos, sejam eles os que controlam o processo de produção e difusão da inovação tecnológica ou apenas a incorporam, sejam eles fortemente capitalizados ou, ao contrário, com um perfil de trabalho intensivo. Isto é, os mesmos princípios de regulação para práticas e agentes econômicos e sociais absolutamente distintos e desiguais.

Com isso, o modelo de desenvolvimento no qual se apoiou grande parte dos países do Terceiro-Mundo no pós-guerra, através de políticas de substituição de importações, proteção ao mercado interno e ao capital nacional, e que logrou nova inserção para muitos países na divisão internacional do trabalho com vantagens sociais e econômicas evidentes, parece definitivamente enterrado. As palavras-chave para a retomada do crescimento industrial hoje são **integração e flexibilização**.

Embora trate-se de processos econômicos diferenciados, ambos se sustentam na idéia da **complementariedade** e da **interdependência**, sendo processos interativos, pois a constituição de blocos econômicos com base em acordos comerciais privilegiados apoia-se na flexibilização plena dos fluxos de capital, mão-de-obra, serviços, produtos industriais e matérias-primas etc., bem como a flexibilização, quer a nível da empresa, quer a nível do mercado, pressupõe formas de integração técnica inter-firmas e entre produção, circulação e consumo, que podem levar a estruturas produtivas espacialmente integradas ou desintegradas (VELTZ, 1990; LIPIETZ e LEBORGNE, 1988 etc.).

Da mesma forma que "a emergência do regime de acumulação flexível revela uma mudança tecnológica e organizacional rápida e revolucionária, acompanhada de uma nova forma de regulação social" (BENKO, 1990:22), forma o surgimento de blocos econômicos supranacionais ou regionais (numa nova escala) aponta na direção de modificações significativas nos espaços de produção, distribuição e consumo a partir de uma nova divisão

social e territorial do trabalho, de novas modalidades de concorrência e de cooperação tecnológica.

## A NOVIDADE DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

A idéia da formação de espaços econômicos supranacionais no continente latino-americano não é verdadeiramente nova. Mas apesar das tentativas da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, 1960) e da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração, 1980) que precederam a criação do MERCOSUL em 26 de março de 1991, a integração multilateral na América Latina nunca foi efetivada, permanecendo um grande projeto.

Para superar os obstáculos que se colocavam à integração econômica e que vinham degradando as relações de troca entre os estados latino-americanos, Brasil e Argentina tentaram, através do PICE (Programa de Integração e Cooperação Econômica), em 1986, uma nova aproximação.

Se até 1963, o comércio Brasil-Argentina constituía-se, essencialmente, de produtos agrícolas de baixo valor agregado, nos anos 70 - muito embora se tivesse logrado a diversificação das trocas bilaterais (com forte aumento da participação de produtos manufaturados) - as taxas de exportação entre os dois países mantiveram-se constantes e, portanto, baixas, a saber, aproximadamente 10% no caso da Argentina e 5% no caso do Brasil. A crise dos anos 80 afetou esse quadro, levando a uma queda ainda mais importante dessas taxas, respectivamente 8,3% e 2,3%.

Na verdade, essa tendência à redução do comércio exterior não se limitou a estes dois países, mas foi igualmente observada para o conjunto do continente (ARAUJO JR., 1991). Como salientam Marcadar e Bello (1990), ao contrário dos países da CEE que possuem uma longa tradição comercial, historicamente forjada, os países latino-americanos escoam prioritariamente os excedentes de sua agricultura, por exemplo, para os mercados do centro. Vale lembrar que o intercâmbio comercial do Brasil está concentrado basicamente nos Estados Unidos e na Comunidade Econômica Européia, que, juntos, respondiam em 1989 por mais de 50% das exportações e por mais de 40% das importações brasileiras, enquanto a ALADI era responsável por 8,5% e 16,5% (Banco Central do Brasil, 1989).

Mas a revolução tecnológica e a conseqüente reestruturação da economia mundial, provocada pela crise, têm contribuído para a perda de posição relativa de economias como a brasileira e a argentina no mercado internacional, a criação do MERCOSUL, contando agora com a participação do Uruguai e do Paraguai aparece, por enquanto, como uma estratégia alternativa de enfrentamento da crise. O multilateralismo anda em baixa, muito embora o fenômeno de globalização que significa, de fato, o aprofundamento da interdependência entre economias nacionais (MOTTA VEIGA, 1991), domine o cenário internacional.

Nesse sentido, trata-se de uma iniciativa considerada por muitos autores (ARAUJO JR., 1990; PEREIRA, 1991; MARCADAR, 1991) como bastante frágil, por "não ser a expressão do coroamento das relações de interdependência e complementaridade entre mercados nacionais, razão primordial à constituição de blocos econômicos" (DELGADO et alii, 1991), mas antes reflexo da "vontade política dos executivos dos países integrantes" (PEREIRA, 1991), diante do impacto dos processos de regionalização em curso no mundo, e que acabam por dificultar os princípios mesmos do livre-comércio. Os impasses sucessivos nas últimas rodadas do GATT confirmam o paradoxo.

No entanto, a imprensa acaba de noticiar que ao fim do primeiro ano de existência do

MERCOSUL parece ampliar-se o comércio bilateral Argentina-Brasil e avançar o interesse pelo setor privado na harmonização de políticas macroeconômicas e setoriais nacionais entre os quatro países membros (carta de intenções na siderurgia, por exemplo). Mas como não se pode infelizmente abandonar o ceticismo e a dúvida na atual conjuntura, há que se reconhecer que o último pacote agrícola do governo Collor anunciado em meados de março para a comercialização da safra agrícola, dando continuidade ao pacote anterior de financiamento da produção, vai na direção oposta aos engajamentos assumidos no interior do MERCOSUL que prevêem a redução dos subsídios à agricultura. Da mesma forma, as recentes salvaguardas que a Argentina quer colocar à importação de papel kraft do Brasil só fazem reiterar as dificuldades numerosas ao bom funcionamento do MERCOSUL (ver igualmente DELGADO et alii, 1991).

É bem verdade que o novo Pacote Agrícola pode ser compreendido como uma iniciativa do governo federal com vistas a investir nos sistemas de escoamento da produção agrícola, infra-estrutura de comercialização etc., pontos bastante débeis do Brasil frente à Argentina e que devem rapidamente ser corrigidos por constituírem entrave à elevação da competitividade nacional. Mas isso evidentemente deve ser feito de forma concertada, harmoniosa, como se diz na linguagem da integração.

Apesar das inúmeras contradições que surgem na identificação de convergências e assimetrias entre produtos, processos de produção e cadeias de produção entre os integrantes do MERCOSUL, parece provável que o processo de integração venha a consolidar-se paulatinamente de forma **setorializada, segmentada. Ou seja, mediante acordos prioritários entre setores e ramos específicos**, estimulados por novas estratégias de crescimento e controle de mercado para assegurar novos patamares e formas de competitividade (DELGADO et alii, 1991).

Mas a emergência do MERCOSUL não se dá de forma isolada no interior do continente latino-americano. Concomitantemente, assistimos a uma nova investida do governo BUSH que, na busca de novas bases de sustentação para a manutenção da hegemonia norte-americana nas Américas, lança o programa intitulado "Iniciativa para as Américas" (junho de 1990). Trata-se de criar uma zona hemisférica de livre-comércio, do Alasca à Terra do Fogo, como uma nova forma de relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina. Uma proposta na área econômica, que inclui cláusulas sobre comércio, investimento e dívida, com ênfase sobre o meio-ambiente.

Na prática, têm sido negociados acordos estruturais (14 com 30 nações) entre os Estados Unidos e demais países da América Latina e do Caribe. Relações bilaterais que envolvem um volume ainda insignificante de recursos em termos de comércio internacional, mas que reafirmam a centralidade norte-americana na condução do processo de liberalização econômica. Talvez a IA acabe se tornando um mero somatório de ALC (acordos de livre-comércio), entre os EUA e países cujo nível de desenvolvimento - renda per capita, nível tecnológico, estabilidade monetária - está longe de permitir uma real integração.

Sabemos que a assimetria e a heterogeneidade no que tange ao nível de desenvolvimento econômico e social questionam os princípios de complementariedade e interdependência, implícitos à idéia de integração, e reforçam o paradigma da troca desigual que marcou a fase de modernização e crescimento dos países denominados por isso mesmo periféricos.

Ao contrário da experiência européia, que tem início no final dos anos 50 e hoje representa um dos exemplos bem-sucedidos - após mais de 30 anos de ajustes e negociações - de um processo de integração consolidado, as experiências no continente americano apontam grandes fragilidades. Enquanto os europeus dando continuidade a um intercâmbio histórico, cultural, geográfico se unem, até no cunhar uma nova moeda, também por questões políticas

e de segurança, para fazer frente à hegemonia americana do pós-guerra, na América do Norte e América Latina interesses mais estritamente econômicos de curto prazo parecem ser o móvel da integração, já que a interdependência regional quando existe parece restringir-se a mecanismos bilaterais de intercâmbio entre a maior potência do planeta, os Estados Unidos e os demais países do continente.

Como bem lembra MOTTA VEIGA, ao enumerar 7 hipóteses sobre os processos de regionalização e a integração do Cone Sul, "se os processos de integração supranacional tendem a reforçar configurações econômicas e sociais dualistas, esta ameaça se multiplica quando o processo envolve economias com níveis de produtividade muito distintos. Neste sentido, a liberalização comercial nas relações com um país de maior produtividade por si só não é suficiente para induzir uma dinâmica de reestruturação industrial capaz de **upgrade** a inserção internacional de nossas economias. Ao contrário, um modelo liberal de integração pode produzir uma reestruturação industrial "selvagem" - na realidade, uma desindustrialização -, ampliando a heterogeneidade do aparelho produtivo do país menos desenvolvido (...) - o mais grave, reforçando o dualismo econômico e social de nossos países" (1991:25).

O NAFTA (North America Free Trade Agreement), acordo entre os EUA, o Canadá e o México iniciado em fevereiro de 1991 e cujas negociações completas deverão estar concluídas ao final de dois anos, recoloca com acuidade a questão das diferenças estruturais na base econômica e no tecido social, patentes entre o México, de um lado, e os Estados Unidos e o Canadá, de outro.

Muito embora o México e o Canadá tenham, um e outro, uma longa tradição, até porque fronteira, de comércio bilateral com os Estados Unidos, sendo, em 1990, aquele o terceiro maior partner comercial dos norte-americanos e este o primeiro (separados pelo Japão, no segundo lugar), isto não parece ser suficiente para escapar ao risco da dualidade ou do reforço de relações assimétricas e hierarquizadas.

Ainda que seja prematuro pensar na abrangência e profundidade dos efeitos decorrentes da constituição desses novos espaços econômicos, ainda em formação, algumas considerações podem ser, desde já, feitas. E para tanto, vamos nos servir da agricultura, pois trata-se do nosso campo de reflexão intelectual por excelência.

## AGRICULTURA E INTEGRAÇÃO

Como já afirmamos anteriormente, a constituição de blocos econômicos supranacionais ocorre, na atualidade, em meio a uma grave crise de múltiplas dimensões. Uma dela é a crise agrícola mundial.

Crise esta que se manifesta na última década através da queda dos preços dos produtos agrícolas por ocasião da formação de volumosos excedentes, resultado da forte elevação da produtividade no setor a nível internacional, levando a um aumento da oferta não acompanhada pelo consumo, que cai com a ampliação e o agravamento da recessão.

E um dos elementos centrais nesse processo de desorganização foi justamente, como sublinha Iglesias (1990), o fato de a Comunidade Econômica Europeia ter-se tornado um exportador líquido de produtos agrícolas - quando era importador antes -, determinando assim uma perda de importância significativa dos Estados Unidos no comércio agrícola mundial. Revés que vem acompanhado de queda de sua participação em outros mercados industriais e de serviços agora concorridos pelo poderio tecnológico e inovador dos japoneses, entre outros. O impasse do GATT é, antes de mais nada, um confronto EUA-

CEE.

Mas os EUA mantêm-se o principal exportador agrícola de grãos, seguidos pela CEE, Canadá, Austrália, Argentina e Tailândia. Os maiores importadores são a antiga União Soviética e os países do Leste Europeu e o Japão, seguidos de países do Terceiro Mundo. Vale registrar que o aumento do grau de auto-suficiência de países como a China, Índia e Indonésia na produção interna de cereais também contribuiu para o declínio do comércio internacional de grãos.

Em suma, é fácil constatar que políticas nacionais de incentivo à produção e à elevação da produtividade tiveram grande responsabilidade nas transformações do comércio agrícola mundial. Essas políticas domésticas visaram essencialmente proteger suas economias da queda dos preços e da instabilidade do mercado mundial, sustentar a renda dos produtores e, em muitos casos, garantir o princípio de segurança alimentar sem o qual a autonomia dos estados-nações num mundo cada vez mais competitivo e desigual parece ameaçada.

Um dos objetivos da PAC (Política Agrícola Comum), aliás, era, desde 1958, "lograr a segurança alimentar e obter preços razoáveis para os consumidores" (IGLESIAS, 1990). Objetivo alcançado, posto que a CEE embora seja a primeira importadora agrícola mundial (os Estados Unidos vêm em segundo lugar), reduziu quase completamente as importações de alimentos considerados estratégicos ao seu esquema de proteção (cereais, açúcar, carne e laticínios).

De caráter protecionista e apoiadas nos subsídios creditícios, tais políticas acabaram por estimular ainda mais o protecionismo e agravar o déficit fiscal, com custos elevados para sua manutenção.

Com a integração, no entanto, tais mecanismos devem ser completamente abandonados. E com eles alguns princípios como o da segurança alimentar, propalado pela FAO, e reconhecidamente necessários.

O caso do México ilustra bem essas contradições. Estudos iniciais indicam que ao integrar a zona de livre-comércio do NAFTA, este país deverá ter fortalecida sua horticulultura, com perspectivas de ampliação da área plantada internamente e realocação de indústrias processadoras em território mexicano. É bom frisar que as maiores importações de produtos agrícolas provenientes do México para os Estados Unidos são legumes frescos, produzidos evidentemente com sementes americanas, setor de alta tecnologia que, por sua vez, não deverá atravessar a fronteira. Porém, uma das bases da alimentação mexicana, o milho, plantado largamente nas unidades familiares que asseguram a produção de subsistência nacional, deve ter sua superfície interna de plantio reduzida em benefício das importações norte-americanas (altíssima produtividade). Em termos de volume da produção e de valor da produção, grãos e hortigranjeiros não são exatamente equivalentes!

Segundo relatórios elaborados pelo governo americano, as exportações de produtos agrícolas do México deverão crescer a um ritmo bastante inferior às suas importações, o que significa uma relativa contração do setor primário neste país, que tem, no continente latino-americano, um perfil camponês dos mais marcados. Talvez assim, reduza-se a diferença nos percentuais de pessoas empregadas na agricultura entre os EUA e o México: 2% no primeiro, contra 33% no segundo. É bastante provável que continue crescendo o fluxo de trabalhadores sazonais mexicanos para os EUA e o Canadá.

Muito embora os Estados Unidos tendam a aumentar em 75% suas exportações de milho para seu vizinho do sul, em razão da abolição de medidas restritivas, isso significa apenas 2% a mais no total das suas exportações desse produto e um acréscimo inferior a 1% em termos de produção.

Da mesma maneira, prevê-se que a redução do cultivo de grãos será, no México, superior à expansão da produção de hortigranjeiros. A contrapartida é o enfraquecimento e a redução da produção americana de hortigranjeiros. Já o comércio agrícola bilateral no seu conjunto deverá crescer em 1/3 para os EUA, contra 1/5 para o México. É o que se chama de complementariedade e (inter)dependência.

O caso de Québec indica dificuldades de outra natureza. Com a liberalização das trocas entre Canadá e Estados Unidos, iniciada com o FTA de 1989, o setor agro-industrial vem assistindo a fusões de grande porte nos ramos da avicultura, suinocultura e produção de leite, levando a uma fase de concentração econômica sem precedentes da capacidade de transformação instalada. Esse parece ser o caminho para enfrentar com algumas chances a concorrência internacional, fundada numa gestão dinâmica e na utilização de tecnologias muito sofisticadas, que pressupõem uma constante harmonização das normas técnicas de produção, transformação, inspeção e controle sanitário, e comercialização. Esse patamar é, aliás, constantemente redefinido para cima.

Ora, a ampliação da concentração industrial sugere a sofisticação crescente dos processos de produção no interior das cadeias produtivas, sob hegemonia e controle das empresas-líderes, e, por isso mesmo uma debilitação dos setores mais frágeis da cadeia, no caso os produtores integrados, que deverão submeter-se com mais rigor ainda às exigências técnicas e contratuais destas firmas, perdendo espaço de autonomia. Autonomia ainda mais ameaçada pelo fato de estas firmas poderem redefinir, agora sem empecilhos à circulação e territorialização dos seus investimentos, suas estratégias em escala regional, colocando produtores em forte competição entre si pela eficiência, dentro e fora das fronteiras nacionais. Com a retração do Estado e a diminuição dos subsídios, estes encontrarão dificuldades crescentes para negociar preços e condições de financiamento.

No caso do MERCOSUL, já se identificam os produtos e os segmentos mais sensíveis à integração. Primeiramente, aqueles característicos das zonas fronteiriças, que, pela sua proximidade geográfica, são similares: trigo, cevada, maçã, uva, derivados de leite.

Vejamos o caso do trigo. Apesar de uma sensível melhora das condições na produção e oferta de trigo no país, mediante um processo de substituição de importações fortemente subsidiado nos últimos quinze anos - hoje em discussão -, o Brasil ainda está longe de ter alcançado a autosuficiência necessária na produção interna deste cereal, sobretudo se considerarmos que a demanda alimentar mantém-se fortemente reprimida, em virtude das políticas recessivas e das altas taxas de inflação. É verdade que em 87-88, a safra triticola foi estimada em 6 milhões de toneladas para um consumo aproximado de 7 milhões. Este ano, apesar dos anúncios de uma nova safra recorde, o Brasil deve continuar importando trigo, agora majoritariamente da Argentina, em razão dos protocolos específicos assinados por ocasião da criação do MERCOSUL. Anteriormente, seus maiores fornecedores eram os Estados Unidos e o Canadá.

Ora, a Argentina atesta níveis de produtividade e rentabilidade superiores ao Brasil no que concerne a produção de trigo: seus rendimentos médios por hectare são bem mais altos que os nacionais, seus custos bem inferiores. Enquanto o Brasil continua subsidiando sua produção, favorecendo setores específicos como os produtores, moinhos e as indústrias de transformação, a Argentina sobretaxa seus produtos agrícolas. Isso significa que a vigência de protocolos de integração e o seu respeito pelos países membros do MERCOSUL levarão provavelmente à supressão dos subsídios e das barreiras alfandegárias que deverão ter efeitos negativos sobre o volume, as condições e a espacialidade da produção triticola nacional.

É provável que o sul do país, sobretudo o setor da produção constituído pelo elo mais frágil da cadeia agro-industrial - os produtores familiares - venham a passar por novo

processo de adequação a este modelo, hoje com níveis de competitividade internacional, levando a que muitos agricultores, ainda que modernos e relativamente dinâmicos, tenham que optar por estratégias outras que a da intensificação constante. Isso levaria à exclusão de alguns dos agricultores que nos anos 70 e 80 foram alvo e alma do processo de modernização e/ou a uma nova reinserção produtiva de outros, desta vez com base em estratégias mais diversificadas.

No interior do Paraná, tal reestruturação parece desde já em curso. Em algumas regiões, os produtores familiares, apesar de altamente integrados à cadeia tritícola, vêm optando por novos padrões de produção, menos intensivos, mais diversificados, considerando que a elevação dos custos de produção e as consequências da adoção de pacotes tecnológicos tão nocivos à degradação ambiental e de sua saúde não compensam mais os esforços para continuar na faixa dos mais "competitivos", considerando-se a presença dos colegas argentinos. Em outras regiões, no entanto, onde condições naturais privilegiadas permitem economias de custo relativamente significativas, ser possível ir mais além na busca da elevação da produtividade e da lucratividade da atividade.

Vemos, assim, que a política de livre-comércio, se efetivada, terá fatalmente consequências bastante importantes não apenas em termos de reestruturação espacial da atividade produtiva, alterando o processo de regionalização e localização prevalente nos anos 70 e 80, mas também de redefinição do lugar e do peso dos agentes econômicos, provocando novos ajustes internos a cada setor. O exemplo europeu deixa bastante cético quanto às possibilidades um processo de integração relativamente controlado e sem grandes penalizações: lá as lutas em torno das similaridades opuseram, em lugar de reaproximar, produtores familiares e trabalhadores rurais.

Algumas perguntas colocam-se quase que naturalmente, servindo, pois, para a conclusão desta comunicação e para indicar os caminhos que toma nossa pesquisa futura:

- a) Qual será a dinâmica espacial da integração? Provavelmente múltipla, em razão do próprio caráter segmentado do processo. Possivelmente favorável às firmas multinacionais que poderão redefinir suas estratégias regionais, liberados dos condicionantes impostos pelas políticas nacionais.
- b) Qual a possibilidade de se tecerem outras formas de complementariedade/interdependência que não as colocadas pelas cadeias produtivas?
- c) Qual a complementariedade possível entre desenvolvimento sustentado e integração?
- d) A oposição multilateralismo x regionalismo é verdadeira ou apenas oportuna?
- e) A escala do "local" tende a ser beneficiada diante de uma atenuação relativa do nacional? Que tipos de solidariedade estarão na origem de "espaços para si"?
- f) A integração permite romper o atual paradigma tecnológico - alta tecnologia - ou tende a reafirmá-lo - acentuando-o?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENKO, G.B. (Ed.) - *La Dynamique Spatiale de l'Economie Contemporaine, Une Introduction*, Ed. de l'Espace Européen, Paris, 1990.
- CRS Report for Congress - North American Free Trade Agreement: Issues for Congress, March, 1991, 58 p.
- DELGADO, N., LAVINAS, L., MALUF, R. & ROMANO, J. - "Libre-Commerce, Ajustement Structurelet Agriculture: le cas du Brésil", Congrès International de l'ACELAC, Université Laval, Québec, out. 1991, 40 p.
- DION, M. - "Perspectives québécoises de l'agro-alimentaire", Congrès International de l'ACELAC, Université Laval, Québec, out. 1991, 18 p.
- FANFANI, R., GREEN, R., ZUNIGA, M. & WILKINSON, J. - "Mudança Técnica e Reestruturação da Indústria Agroalimentar na Europa- uma reflexão teórica-metodológica", Ensaio FEE, Porto Alegre, 12(2): 496-531, 1991.
- IGLESIAS, R.M. - "A Política Agrícola da Comunidade Económica Europeia", FUNCEX, Texto para Discussão nº 39, nov. 1990, 31 p.
- "A Crise do Comércio Agrícola Mundial", FUNCEX, Texto para Discussão nº 31, maio de 1990, 25 p.
- "Produtos Sensíveis na Integração Argentina-Brasil: o caso do trigo", in **Cone Sul: A Economia Política da Integração**, MOTTA VEIGA org., FUNCEX, 1991, p. 219-234.
- IPARDES - **O Paran no MERCOSUL**. Análise Preliminar dos Setores mais Sensíveis, Governo do Paran, Núcleo Mercosul, out. 1991, 74 p.
- LAVINAS, L. & NABUCO, M.R. - "Regionalização: problemas de método", IV Encontro Nacional da ANPUR, 10 p., mimeo., a ser publicado na Revista Espaço e Debate em 1992.
- LIPIETZ, A. - "Le National et le Régional: quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale?" in *La Dynamique Spatiale de l'Economie Contemporaine*, G.B. BENKO, Ed. de l'Espace Européen, Paris, 1990, p. 53-79.
- PAIVA ABRE, M. de - "A Rodada Uruguaí e o Setor Agrícola no Brasil", Revista de Relações Exteriores, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1991.
- PEREIRA, L.V. - "Integração do Cone Sul: algumas reflexões", in **Cone Sul: A Economia Política da Integração**, MOTTA VEIGA org., FUNCEX, Ponto de Vista de Washington, Embaixada dos Estados Unidos da América, Brasília, 1991, 1992.
- PREEG, E. - "O Crescimento de Blocos Comerciais Regionais", Impact Economic nº 69, Edição em Português, 1990/3.
- MOTTA VEIGA, P. da - "Sete Hipóteses sobre os Processos de Regionalização e Integração no Cone Sul", in **Cone Sul: A Economia Política da Integração**, MOTTA VEIGA org., FUNCEX, 1991, p. 17-26. Relatório Parcial 1 da Pesquisa "Gender, Environment and Technology: two case studies in Brazil", Coord. Lena Lavinas, CIEC-IDRC-IDESP, "Características e Perspectivas do Complexo Agroindustrial de Trigo no Brasil", de Manoel A. Magina, fev. 1992.
- SAINT-LOUIS, R. - "Enjeux d'une interdépendance agroalimentaire accrue entre les Amériques: une introduction au thème". Congrès International de l'ACELAC, Université Laval, Québec, out. 1991, 12 p.
- Seminário Integração Argentina-Brasil-Uruguaí. Opções e Desafios para seus Sistemas Agroindustriais e Alimentares, CPDA-UFRRJ, set. 1988.
- SHANE, M. & LINK, J. - "Agriculture in a North American Free Trade Area", Congrès International de l'ACELAC, Université Laval, Québec, out. 1991, 13 p.
- & STALLINGS, D. - "The Mexican Economy in the 1991'. Markets are in. State control is out." United States Department of Agriculture, Agriculture Information Bulletin nº 635, oct. 1991.
- VELTS, P. - "Nouveaux modes d'organisation de la production et tendances de l'économie territoriale" in *La Dynamique Spatiale de l'Economie Contemporaine*, G.B. BENCO, Ed. de l'Espace Européen, Paris, 1990.